VI Simpósio Nacional de
HISTÓRIA CULTURAL
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

# DOTE SIMBÓLICO: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FEMININA EM SÃO LUÍS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Elizabeth Sousa Abrantes*



Este estudo analisa as representações sobre a educação feminina presentes nos discursos veiculados na imprensa e na literatura em São Luís no início do século XX, os quais defendiam a instrução formal como um componente fundamental na educação das mulheres, tornando-se seu símbolo moderno de "dote" que, a exemplo do antigo costume, objetivava "valorizá-las" no mercado matrimonial e servi-lhes de amparo. Os discursos dirigiam-se especialmente para as mulheres sem fortuna, cuja educação até aquele momento não as tornavam "superiores" pela inteligência, nem independentes pelo próprio trabalho.

Assim, se entre as ricas o dote material ainda valia como segurança de um bom casamento e garantia de um futuro próspero, apesar dessa prática se encontrar em declínio, e entre a mulher do povo a sua força de trabalho era o dote que ajudaria o marido ou a si própria a manter a sobrevivência da família, era para as mulheres de classe média, especialmente, que os discursos recomendavam o dote simbólico da educação. A instrução representava seu dote para uma vida independente caso não se

* Doutora em História Social, pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta, do Departamento de História e Geografia, da Universidade Estadual do Maranhão.

ISBN: 978-85-98711-10-2

casasse por sua livre escolha, ao mesmo tempo em que esse novo dote aumentava também as chances de um "bom partido", ao valorizar a mulher de classe média no mercado matrimonial de acordo com o ideal burguês do período.

A condição feminina na sociedade maranhense do início do século XX era retratada ficcionalmente nos romances da época e nas representações imagéticas que tinham na imprensa uma excelente fonte de divulgação. Os jornais de São Luís dessa época tinham pouca participação feminina, não contando com nenhum jornal dirigido e escrito exclusivamente por mulheres, a exemplo do que ocorria em outras capitais, sendo os temas considerados de interesse da mulher tratados em sua maioria pelos homens. Os jornais literários e recreativos eram os que mais tratavam de temas considerados femininos, havendo aqueles direcionados especialmente para as leitoras, ou que disponibilizavam colunas, geralmente denominadas "páginas femininas", escritas por mulheres.

A educação feminina era um tema recorrente na imprensa, com discursos que expressavam a diferenciação em relação à educação masculina e a reprodução das desigualdades entre os gêneros na sociedade. No que se refere às práticas sociais, a virada para o século XX foi marcada pela oferta de um maior número de escolas para a educação feminina, bem como o direito de cursar o nível superior, embora as oportunidades fossem pequenas neste caso, com o aparecimento das primeiras doutoras em São Luís somente no final da década de 20.



Às vésperas da República, em 1888, o quadro oficial da instrução pública na província do Maranhão era de 90 cadeiras de instrução primária para o sexo masculino e 59 para o feminino, freqüentadas por 3.181 alunos e 1.547 alunas. Para os homens funcionavam também as aulas noturnas na capital, oferecendo instrução primária para cerca de 50 alunos, e 10 cadeiras do ensino secundário do Liceu, com um total de 191 alunos[1].

Apesar da precariedade da instrução feminina e a grande diferença no número de escolas e matrículas oferecidas aos dois sexos, que mostrava a prioridade da

[1] Fala que o Exmo. Sr. Dr. José Bento de Araújo dirigiu à assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, em 11.02.1888, por ocasião da instalação da 1ª sessão da 27ª legislatura.

ISBN: 978-85-98711-10-2

instrução masculina, [2] houve pequenos avanços na virada do século. Foram mais visíveis os progressos femininos no plano da educação quando as mulheres puderam ter acesso ao ensino público secundário, não somente nas escolas normais, mas nos cursos preparatórios para o ensino superior, que se tornou possível pela reforma educacional de 1879.[3]

Até o advento da República, as mulheres compunham o maior contingente da população analfabeta do país, pois além de não terem a mesma oferta que os homens para a instrução pública primária, ainda eram impedidas de freqüentar aulas noturnas, criadas por instituições filantrópicas ou pelo governo, e enfrentavam o preconceito de muitas famílias que consideravam sua instrução desnecessária. A extensão do ensino e a adoção pelo estado republicano do ensino laico foram fatores de mudança na educação feminina, possibilitando a aquisição de conhecimentos científicos em vez da tradicional ênfase no ensino moral, religioso e nas prendas domésticas, muito embora esse conteúdo não tenha desaparecido do currículo escolar destinado às mulheres.



A elevação da educação feminina, no discurso republicano, justificava-se pela função social da mulher como mãe-educadora, responsável pela formação inicial dos filhos, futuros cidadãos. O advogado maranhense Antônio Almeida Oliveira[4], para quem o dote feminino era sua boa educação, defendia a reforma do ensino público e dos costumes através da colaboração da mulher, no papel de mãe de família, no que correspondia aos seus deveres no lar.[5]

Em sua obra *O Ensino Público*, indagava sobre as perfeições e os dotes que se requeriam no "sexo destinado a fazer a felicidade geral", pois observava que para as

---

[2] Conforme a Lei de 15 de outubro de 1827 que regulamentou o ensino elementar no Império. Estabelecia a criação de escolas de primeiras letras em cidades e vilas, bem como escolas de meninas nas cidades e lugares mais populosos onde os presidentes de província julgassem conveniente. O ensino feminino era limitado às noções de aritmética das quatro operações, leitura, escrita e prendas domésticas.

[3] A Reforma Educacional de 1879 abriu as portas do ensino superior para as mulheres, além de estabelecer a co-educação nas escolas públicas primárias.

[4] Na sua obra O Ensino Público, o capítulo "Das Mães de Família", se baseou nas idéias de Aimé Martin (*Éducation des Méres de Famille*) e de Larcher ( *La Femme*). A tese desses autores era provar a influência da mulher na obra da civilização.

[5] OLIVEIRA, Antônio Almeida. O Ensino Público. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 333. Considerava que ainda não era possível pensar na mulher propagandista, pois esta só existia nos países de elevada civilização.

ISBN: 978-85-98711-10-2

mulheres pobres ou sem meios de vida não havia muita escolha, ou cresciam na ignorância ou eram recebidas em algum asilo ou recolhimento, onde ficavam reclusas, separadas do mundo e confiadas aos cuidados de senhoras incapazes de as educarem. [6]

Quanto à educação da menina rica, nem sempre era muito melhor, pois não falando da leitura, da contabilidade e da escrita, que era partilha da rica e da pobre educada, alguns trabalhos de agulha, a música, a dança e o canto eram ordinariamente toda a ciência que coroava o escasso ensino que a escola lhe dava, resultando em muitos inconvenientes sociais, como o da péssima conversação.[7]

Culpava as mães pela fraca educação doméstica das moças, entretendo-as com as "intriguinhas" que constituíam a "política do sexo", só falando de enfeites e modas, bailes e reuniões, espetáculos e divertimentos. Semelhante educação que fazia da mulher um "ídolo" ou uma "boneca" era oposta àquela desejada para os desafios de uma sociedade que se modernizava. Em vez de querer que suas filhas agradassem alguns instantes, os pais deviam querer que se perpetuassem pelos "dotes do espírito" as homenagens que elas conquistavam por causa do corpo, pois a beleza física era efêmera.



Em sua opinião, os pais e a sociedade não deviam temer o conhecimento intelectual de suas filhas, pois o espírito culto prestava à virtude mais império, tornava a beleza mais amável, e só a beleza do espírito substituía a do corpo quando esta desaparecia. Assim, cuidando tanto da inteligência como do coração, as mulheres agradariam sempre, e o tempo seria impotente contra elas, pois mesmo velhas, seu império seria sempre o mesmo e até mais lisonjeiro e mais grato que o conquistado por atrativos efêmeros. "Elas que até agora só pelo seio têm servido a sociedade, passarão a lhe servir também pelo espírito".[8]

Esse discurso voltado especialmente para as mulheres das camadas médias e altas, responsáveis por serem o modelo feminino burguês de mãe, esposa e filha, ganhou força nas primeiras décadas do século XX, oportunizando novos espaços para as

---

[6] Idem, p. 341

[7] Dizia que as moças que passavam por mais bem-educadas eram incapazes de acompanhar a conversa de um assunto sério. "O maior esforço que fizerdes será inútil para entretê-las. Se não souberdes falar de bagatelas e nonadas, a vossa interlocutora começará logo a bocejar, e vós enfiareis com o seu desprazer" OLIVEIRA, Antônio. op. cit, p. 342

[8] Ibid., p. 345-348

ISBN: 978-85-98711-10-2

mulheres e possibilidades de novos usos do "capital escolar" adquirido. No entanto, se por um lado, essa expansão da escolarização da mulher não pretendia necessariamente avanços na condição feminina no sentido de alterar sua posição social, o que pode ser observado pelo currículo das escolas e dos cursos destinados às mulheres, por outro, poderia ser um instrumento para passos mais ousados em busca do chamado "saber-poder", do conhecimento com potencial de emancipação e auto-realização.[9]

> Sua principal força motivadora estava na crença de que conseguiriam maiores poderes se tivessem acesso à instrução. Esses poderes possibilitariam a apropriação de maiores direitos públicos e privados e livrariam o sexo feminino da subordinação e da opressão. Paradoxalmente, as mulheres também não quiseram desprender-se de uma outra esfera de poder, aquela que era seu domínio como parcela do segmento humano que detinha a capacidade reprodutiva, pois a reprodução da espécie e a responsabilidade pelo cuidado com as gerações futuras concentravam-se nas mãos femininas (...). [10]

Na virada do século, era inexpressivo o número de mulheres com cursos superiores no Brasil, as chamadas doutoras, bem como era pequena a participação feminina na "República das Letras", embora estivesse crescendo o número de mulheres empregadas no telégrafo, no comércio, nos escritórios, no magistério, além do grande contingente de mulheres pobres empregadas nas indústrias e no serviço doméstico.



De uma maneira geral, as críticas sobre a educação no Brasil eram muito fortes no sentido de demonstrar o atraso do país nesse aspecto. Os educadores e intelectuais em geral, imbuídos da ideologia republicana de ordem e progresso, viam na educação o fator de desenvolvimento, defendendo o combate ao analfabetismo e a criação de escolas profissionalizantes para as camadas mais pobres.

A resistência dos conservadores em admitir a intelectualização da mulher era devido ao temor de que a maior dedicação aos estudos científicos modificasse a imagem feminina associada à representação da beleza e dos sentimentos. Sua educação não deveria preocupar-se em engrandecer a ciência, as artes, nem as armas. Essa maior resistência com a instrução feminina de nível superior, no entanto, não impediu que as

---

[9] Sobre essa questão do saber-poder, ver o trabalho de Regina Celi J. Pinto. Mulher e Educação na Sociedade Riograndense da república velha. UFRS: INEP, 1987.

[10] ALMEIDA, Jane Soares. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In. SAVIANI, Dermeval et al. O Legado Educacional do Século XIX. Campinas: Autores Associados, 2006, p.142

ISBN: 978-85-98711-10-2

oportunidades urbanas atraíssem mulheres dos setores mais intelectualizados a prepararem-se para disputar um lugar no mercado, sendo as mulheres das famílias de elite as pioneiras no ingresso em cursos de nível superior. [11]

Para as mulheres das camadas médias e as de famílias pobres em ascensão, o curso normal que habilitava para a profissão do magistério, representava uma oportunidade de melhorar o nível educacional e obter uma "profissão honesta". Muitas delas viam uma oportunidade de aprimorar seus conhecimentos para se tornarem mais atrativas para um bom pretendente, dispostas a abandonarem os estudos assim que casassem, daí o título de "curso espera marido" atribuído ao ensino das normalistas[12].

Em São Luís, portanto, a oportunidade educacional para as mulheres das camadas médias e altas avançarem em seus estudos era a escola normal e as escolas secundárias particulares. O curso secundário do Liceu Maranhense, denominado de ginasial ou humanidades, depois que foi equiparado ao ensino do Colégio Pedro II[13], continuou durante toda a Primeira República a ser exclusivo dos rapazes, preparando-os para o ingresso nos cursos superiores ou para empregos de médio escalão, especialmente no funcionalismo público.



Os relatórios oficiais apontam alguns avanços na educação feminina, com o crescimento de matrículas especialmente na instrução primária. As razões para o aumento dos "escolares" de uma maneira geral eram atribuídas ao maior número de professoras normalistas, cujo magistério era mais atrativo por transmitir os conhecimentos de maneira "mais suave". Paradoxalmente, essa concepção ajudava a reforçar a idéia do magistério primário como uma "profissão" feminina, ao mesmo tempo em que tirava seu caráter profissionalizante e igualava o ofício a uma "vocação natural", um sacerdócio, com mais ênfase no afeto do que na autoridade intelectual da mestra.

---

[11] ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. A Vocação do Prazer. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 71-73

[12] Essa expressão era conhecida em todo o país. Na historiografia maranhense há o trabalho de Raquel Paixão Bulcão. De "Curso espera marido" a "Orgulho de nossa gente": a escola Normal do Maranhão na República Velha. São Luís, 2002. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2002.

[13] Decreto Federal nº 11.530, de março de 1915.

ISBN: 978-85-98711-10-2

O magistério feminino demonstrou ser uma importante via de expansão da escolarização feminina e de inserção no mundo do trabalho. O curso normal tornou-se um passo importante para a ocupação de novos espaços e profissões mais prestigiadas socialmente e melhor remuneradas, como medicina e direito, as quais seriam ocupadas principalmente pelas mulheres de elite, embora o ensino normal profissionalizante não desse acesso direto ao ensino superior. Além disso, o magistério tinha a vantagem de ser uma profissão aceita socialmente e que possibilitava a conciliação com as atividades domésticas de cuidado dos filhos e da casa.

O destaque da instrução feminina se fazia notar na sociedade maranhense, a ponto da imprensa da década de 20 destacar que "até pouco tempo os bancos escolares na quase totalidade, eram ocupados só pelo sexo masculino, hoje, porém, é quase o contrário, os bancos escolares são mais ocupados pelo sexo feminino que pelo masculino". Que em todas as escolas primárias e secundárias do país, o número de moças inteligentes e estudiosas causava admiração, e no Maranhão, crescia o número de escolas secundárias e primárias dirigidas pelo "belo sexo", pois "em virtude das dificuldades da vida e do progresso da sociedade, ela quer ir adiante". [14]



> A mulher, como vemos, hoje sobe os degraus das escadas das faculdades de Direito e Medicina, afim de, ali, com afã de glória, receber seu pergaminho jurídico ou medicinal para honradamente exercer as mesmas funções que o homem em seus altos poderes exerce. Não se limita só a isso, quer ainda passar além, e então vemos, em nossos dias, que as moças da sociedade maranhense já tomam parte na escola de comércio, a fim de, ali, receberem a instrução necessária a esse ramo de vida, sem o qual monetariamente não podemos progredir. [15]

O ingresso das mulheres maranhenses nos cursos superiores data dessa época, a década de 1920. As doutoras em São Luís foram poucas nesse período, vindas de outros estados, sendo principalmente "médicas de senhoras", exercendo a ginecologia e obstetrícia. A justificativa para aceitação dessa profissão para as mulheres recaía especialmente na questão moral. "Cure o homem ao homem, cure a mulher a mulher, é

[14] Centro Caixeral. A Mulher na Sociedade. 02/03/1924, p. 2

[15] Centro Caixeiral. A Mulher na Sociedade. 02/03/1924, p. 3.

ISBN: 978-85-98711-10-2

o que pede a moral e o que impõe as leis da igualdade, é o que querem e apreciam os homens verdadeiramente sinceros, morais e sábios e amigos da educação da mulher".[16]

Durante toda a Primeira República, a expansão das oportunidades de instrução e profissão para as mulheres foi acompanhada também de discursos conservadores que procuravam mostrar que a prioridade da mulher era o lar. A opinião da sociedade sobre a educação que devia ser dada ás mulheres variava, mas, no geral, conservadores e progressistas estavam de acordo com a necessidade de melhorar a educação doméstica das moças, como "esposas e mães do futuro". "Será talvez desagradável para o marido que uma dona de casa ignore por completo a história, a psicologia, a ciência, mas será bem pior se ela não for capaz de dirigir a sua casa, de educar seus filhos e de cuidar do bem estar dos seus e da higiene caseira".[17]

Diante da maior visibilidade das mudanças no comportamento feminino e da crescente inserção das mulheres das camadas médias no mercado de trabalho, especialmente através do magistério, os discursos apontavam para uma necessidade de restauração da moral doméstica, a fim de reforçar a idéia de que a educação feminina deveria realçar seus papéis de filha, esposa e mãe. A "educação doméstica" passou a ser apresentada como um componente essencial para a moderna educação feminina, a exemplo do que aconteceu com a reforma da educação realizada no Rio de Janeiro por Fernando Azevedo, e que se estendera para outros estados. Um dos objetivos da reforma azevediana era introduzir conhecimentos sobre a formação doméstica e familiar em todos os graus de ensino, do primário à escola normal, assim como a criação de escolas profissionais domésticas.



A opinião de Fernando Azevedo era que a vida moderna, com suas reivindicações de igualdade dos sexos e com as exigências econômicas, impelia as mulheres a entrarem em concorrência com os homens nas atividades de produção, abrindo ao trabalho feminino perspectivas ilimitadas. Por mais que considerasse que o ridículo já não atingia mais as mulheres que queriam pensar e agir dentro de qualquer das novas carreiras que se lhes tornavam acessíveis, deixava claro sua preferência por aquelas mulheres que sabiam ficar no seu papel de guardiãs do lar, de esposas e mães,

---

[16] Jornal a Mulher. A Mulher Médica, junho de 1881, n. 6 Ano I, p. 43

[17] Jornal Avante. O Ensino Doméstico, 08.12.1910. n. 456

ISBN: 978-85-98711-10-2

as que se dedicavam às artes, na tela ou no teatro, ou as que se consagravam à ação social, educando as crianças e assistindo os sem trabalho e sem pão.[18]

A opinião desse educador, um dos responsáveis pela introdução das idéias da "Escola Nova"[19] no Brasil, dá uma medida do nível dos debates e das preocupações que marcaram o final da Primeira República, com a ampliação da instrução feminina e a conquista de carreiras profissionais. O investimento no "capital escolar" como um novo dote para as mulheres, mesmo com o objetivo conservador de valorizar a mulher no mercado matrimonial e na sua função maternal, foi abrindo brechas para a emancipação feminina.

Na sociedade brasileira do início do século XX, o discurso feminista em prol da educação da mulher não visava sua auto-realização ou emancipação, mas apesar do seu caráter conservador de instruir a mulher para melhor educar o homem, a ênfase nessa temática foi importante para o crescimento da oferta do ensino para as mulheres. A permissão para o acesso ao ensino superior possibilitou lentamente a participação das mulheres de elite nas profissões liberais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **"O Dote é a Moça Educada"**: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. São Luís: EDUEMA, 2012.

AZEVEDO, Fernando de. **A Educação e seus Problemas**. 4.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

ALMEIDA, Jane Soares. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In. SAVIANI, Dermeval et al. **O Legado Educacional do Século XIX.** Campinas: Autores Associados, 2006.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

[18] Oração proferida a 27 de novembro de 1933. In. AZEVEDO, Fernando de. A Educação e seus problemas. 4.ed. São Paulo: edições melhoramentos, s/d, p. 228

[19] Também conhecida como "Escola Ativa", o escolanovismo introduziu transformações no terreno das idéias educacionais e das instituições escolares. Ver NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ISBN: 978-85-98711-10-2

BULCÃO, Raquel Paixão. **De "Curso espera marido" a "Orgulho de nossa gente**": a escola Normal do Maranhão na República Velha. São Luís, 2002. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2002.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Antônio Almeida. **O Ensino Público.** Brasília: Senado Federal, 2003.

PINTO, Regina Celi J. **Mulher e Educação na Sociedade Riograndense da República Velha**. UFRS: INEP, 1987.